

RELATÓRIO AGRUPAMENTO DE
ESCOLAS JOAQUIM
DE ARAÚJO
PENAFIEL



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS 2021-2022

Área Territorial de Inspeção do Norte

Constituição do Agrupamento

Jardins de Infância e Escolas	EPE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	SEC
Jardim de Infância de Marecos	X				
Jardim de Infância de Novelas	X				
Jardim de Infância Padre António Rodrigues Pimentel	X				
Escola Básica de Bustelo	X	X			
Escola Básica de Duas Igrejas	X	X			
Escola Básica de Galegos	X	X			
Escola Básica de Rans	X	X			
Escola Básica de Santiago de Subarrifana	X	X			
Escola Básica de Urrô	X	X			
Escola Básica da Póvoa		X			
Escola Básica de Guilhufe		X			
Escola Básica de Novelas		X			
Escola Básica de Penafiel Sul			X	X	
Escola Secundária Joaquim de Araújo				X	X

1. Introdução

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, alterada pelo Art.º 182 da [Lei n.º 66-B/2012](#), de 31 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, no âmbito do qual se realizaram, até à data, dois ciclos de *Avaliação Externa das Escolas*, o primeiro entre 2006-2007 e 2010-2011 e o segundo entre 2011-2012 e 2016-2017.

No ano letivo 2018-2019 iniciou-se o terceiro ciclo da *Avaliação Externa das Escolas*.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do [Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo, Penafiel](#), realizada pela equipa de avaliadores com recurso a uma metodologia que inclui a observação da prática educativa e letiva, efetuada nos dias [21 e 22 de outubro de 2021](#), a análise dos documentos estruturantes, dos dados estatísticos oficiais e das respostas aos questionários de satisfação aplicados a alunos, docentes e não docentes e pais/encarregados de educação, bem como a visita às instalações e entrevistas a elementos da comunidade educativa, realizadas entre os dias [25 a 28 de outubro de 2021](#).

A equipa de avaliação externa visitou [a Escola Secundária Joaquim de Araújo, a Escola Básica de Penafiel Sul, a Escola Básica de Duas Igrejas e a Escola Básica de Rans](#). E realizou a *observação da prática educativa e letiva* nas Escolas Básicas de Rans e de Penafiel Sul, na Escola Secundária Joaquim de Araújo e no jardim de infância da Escola Básica de Rans.

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos quatro domínios

Excelente: *predomínio de pontos fortes em todos os campos de análise, incluindo práticas inovadoras e resultados notáveis. Não existem áreas que carecem de melhorias significativas. Tanto as práticas inovadoras como os resultados notáveis são generalizados e sustentados.*

Muito bom: *predomínio de pontos fortes em todos os campos de análise, incluindo boas práticas e resultados notáveis. Tanto as boas práticas como os resultados notáveis são generalizados.*

Bom: *os pontos fortes sobrepõem-se significativamente aos pontos fracos, na maioria dos campos de análise. Os resultados são positivos na maioria dos indicadores, mas existem ainda áreas significativas de melhoria.*

Suficiente: *os pontos fortes sobrepõem-se aos pontos fracos, na maioria dos campos de análise, mas a ação ainda não é generalizada, nem sustentada. Os resultados são positivos na maioria dos indicadores, mas existem ainda lacunas importantes e a melhoria nos últimos anos não é evidente.*

Insuficiente: *os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes ou existem áreas importantes que carecem de melhorias urgentes. Os resultados são globalmente negativos e não revelam uma tendência de melhoria consistente.*

O relatório e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2021-2022** serão disponibilizados na [página da IGEC](#).

2. Quadro resumo das classificações

DOMÍNIO	CLASSIFICAÇÃO
Autoavaliação	Insuficiente
Liderança e gestão	Insuficiente
Prestação do serviço educativo	Suficiente
Resultados	Suficiente

3. Pontos fortes

DOMÍNIO	PONTOS FORTES
Autoavaliação	-----
Liderança e gestão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente escolar seguro, socialmente cordial e acolhedor, que contribui para o bem-estar e para o desenvolvimento da consciência cívica.
Prestação do serviço educativo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da autonomia, da responsabilidade individual e da participação, desenvolvidas de uma forma transversal, na disciplina de <i>Projeto</i>, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e emocional dos alunos; ▪ Oferta educativa diversificada, respondendo aos interesses das crianças e dos alunos e apropriada ao contexto socioeconómico em que o Agrupamento está inserido; ▪ Valorização do ensino experimental das ciências nos vários ciclos de escolaridade.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resultados dos alunos do 2.º ciclo do ensino básico, situados acima da média nacional, quer considerando os alunos do Agrupamento, em geral, quer considerando, especificamente, aqueles que recebem apoio da Ação Social Escolar; ▪ Melhoria na resposta da comunidade no que concerne à empregabilidade dos alunos com planos individuais de transição; ▪ Reconhecimento e satisfação da comunidade ao nível da oferta educativa, em particular dos cursos profissionais, respondendo às suas necessidades e expectativas, potenciando o seu desenvolvimento.

4. Áreas de melhoria

DOMÍNIO	ÁREAS DE MELHORIA
Autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituir uma equipa de autoavaliação representativa da organização/comunidade educativa, quer ao nível dos elementos que a constituem (funções, experiências e níveis hierárquicos diferenciados), quer ao nível dos diversos estabelecimentos que integram o Agrupamento onde exercem funções; ▪ Auscultar e implicar a comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação sistemática, focalizada nos problemas existentes, promovendo uma reflexão abrangente e centrada prioritariamente nos processos de ensino e aprendizagem com a consequente aplicação de planos de melhoria focalizados e eficazes; ▪ Aprofundar as práticas de autoavaliação, com a implementação regular e sistemática de mecanismos de monitorização e avaliação/reorientação das ações de melhoria daí decorrentes, potenciando o seu efeito na qualidade das aprendizagens; ▪ Articular o processo de autoavaliação com outros processos de avaliação do Agrupamento.
Liderança e gestão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir um papel definidor das linhas orientadoras da atividade do Agrupamento, consubstanciado na construção de uma visão agregadora de todos os atores educativos e mobilizadora da ação e do espírito de união e de pertença; ▪ Reformular os documentos estruturantes do Agrupamento, nomeadamente através da definição de prioridades e metas mensuráveis no projeto educativo e da sua integração e articulação com o plano anual de atividades e com planos de melhoria, enquanto instrumentos de operacionalização da visão estratégica do Agrupamento; ▪ Valorizar e promover o envolvimento mais ativo e alargado dos alunos na vida da escola, através do reforço da sua auscultação, envolvimento e responsabilização nas tomadas de decisão que diretamente lhes digam respeito.
Prestação do serviço educativo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incrementar práticas pedagógicas orientadas para a diferenciação pedagógica e o desenvolvimento das competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; ▪ Reforçar o trabalho colaborativo entre docentes, instituindo mecanismos de supervisão de cariz (inter)disciplinar, que tenha repercussões na melhoria e inovação de práticas letivas inclusivas e na qualidade das aprendizagens das crianças e alunos.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir estratégias que promovam a melhoria dos resultados do 3.º ciclo do ensino básico, invertendo a tendência decrescente da percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso, e dos resultados dos cursos científico-humanísticos; ▪ Implementar iniciativas de valorização e reconhecimento do mérito dos alunos que revelam melhores resultados académicos e sociais, com vista à sua fixação no Agrupamento e à captação de novos públicos; ▪ Definir e implementar normas e código de conduta para uma uniformização na abordagem aos casos de indisciplina.

5. Juízos avaliativos

5.1 – Autoavaliação

Desenvolvimento

A constituição da equipa de autoavaliação não é representativa do Agrupamento, sendo composta apenas por docentes de um dos estabelecimentos de ensino. O trabalho desenvolvido resume-se à apreciação dos resultados do relatório de avaliação interna respeitante ao triénio 2016-2019 e à elaboração, no final do ano letivo 2019-2020, do relatório de autoavaliação do processo de implementação do Plano E@D. É evidente a inexistência de procedimentos sistemáticos de autoavaliação em articulação com as diferentes estruturas com o foco no processo de ensino e aprendizagem. Não é um processo partilhado e dialogado no seio da comunidade educativa que leve à conseqüente elaboração de um plano de autoavaliação adequado à realidade da escola.

No ponto 8 – Notas Finais do Relatório de Autoavaliação 2016-2019 – a equipa de autoavaliação propõem-se "*realizar, no quadriénio de 2020-2024, um trabalho que possa, de forma mais concludente, objetivo e independente fazer um verdadeiro exercício de autoavaliação do Agrupamento, em que estejam patentes os necessários e desejáveis pressupostos de autocrítica, equidistância, visão globalizante e proatividade*", no entanto até à presente data inexistem desenvolvimentos no trabalho realizado pela equipa.

Consistência e impacto

Ao trabalho concebido pela equipa de autoavaliação, apenas focalizado nas perceções dos alunos acerca do Agrupamento, falta um plano prévio que lhe confira consistência e intencionalidade, revelando uma fraca consistência das práticas, no que diz respeito à abrangência do processo de recolha e na análise de dados, desconhecendo-se, se ainda, se este trabalho foi tido em conta nas opções pedagógicas e organizativas. A ausência de um processo de autoavaliação limita a perceção do impacto das medidas adotadas pelo Agrupamento.

5.2 – Liderança e gestão

Visão e estratégia

O Agrupamento, criado em 2012, viu os mandatos dos seus dois últimos diretores cessarem, a seu pedido, antes do tempo previsto, estando a ser dirigido, desde o início do presente ano letivo, por uma Comissão Administrativa Provisória (CAP). A conseqüente instabilidade sentida, no que respeita à liderança de topo do Agrupamento, e que foi claramente manifestada por vários elementos da comunidade educativa, tem reflexos no funcionamento do Agrupamento.

Não é evidente a existência de uma visão clara, estratégica e partilhada que sustente a sua ação com vista à consecução do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. A falta de clareza, de coerência interna e de articulação entre documentos orientadores da ação da escola, consubstanciada pela indefinição de prioridades e de objetivos hierarquizados, coloca em causa a sustentação das ações neles constantes. Por outro lado, uma ainda notória falta de consenso, entre vários elementos da comunidade educativa, sobretudo docentes, quanto ao sentimento de união e de pertença ao todo que compõe o Agrupamento, constitui um constrangimento acrescido à consecução de uma visão partilhada e mobilizadora da ação coletiva.

Liderança

A capacidade de orientação, de mobilização e de motivação dos diversos atores educativos para a consecução das metas do projeto educativo não é consensualmente reconhecida, pela comunidade educativa, às lideranças de topo. As lideranças intermédias revelam esforço e empenho, destacando-se o trabalho desenvolvido dentro de alguns grupos de recrutamento. Não obstante, a falta de um rumo claro e definido obstaculiza a assunção integral de responsabilidades, a este nível da liderança, constatando-se uma falta de estabilidade e de intervenção oportuna e com vista ao comprometimento de todos para o cumprimento de metas e objetivos.

Apesar do notório empenho das associações de pais e encarregados de educação em ações de melhoria de condições nas diferentes escolas do agrupamento e no apoio à resolução de problemas e dificuldades que vão surgindo, este esforço parte mais da sua própria iniciativa do que de incentivos da liderança à sua participação. Acresce que estes atores não são, regularmente, mobilizados para a participação na elaboração dos documentos orientadores da ação do agrupamento e/ou envolvidos em processos de monitorização e avaliação.

São estabelecidas parcerias com entidades locais e com instituições, como a câmara municipal, a Associação Empresarial de Penafiel, o Centro de Saúde, a APADIMP (Associação de Pais e Amigos dos Diminuídos Mentais de Penafiel), o CEFPI (Centro de Formação Profissional Integrada), que contribuem para o reforço da qualidade do serviço educativo prestado, destacando-se a formação em contexto de trabalho, nos cursos profissionais, e para a transição para a vida pós-escolar dos alunos com plano individual de transição, valorizando também o papel do Agrupamento na comunidade envolvente. Já no que respeita ao desenvolvimento de projetos e soluções pedagógicas inovadoras, a capacidade e a iniciativa não são evidentes.

Gestão

Apesar de existirem critérios pedagógicos na constituição e gestão dos grupos e turmas que, em geral, observam o princípio da continuidade pedagógica, da diversidade e heterogeneidade, constata-se que existem diferenças evidentes em algumas turmas quanto ao número de alunos com apoio de Ação Social Escolar (ASE) que as integram, o que poderá colocar em causa os princípios referidos

O ambiente escolar, reconhecido pela comunidade, é globalmente seguro, saudável, cordial e socialmente acolhedor, apesar da existência de obras em curso nas duas escolas com maior número de alunos, o que evidencia um bom relacionamento interpessoal e consciência cívica.

O envolvimento dos alunos na vida da escola é diminuto, não existindo uma prática organizada de reuniões entre a direção e os alunos ou seus representantes, circunscrevendo-se à auscultação, ainda que informalmente, pelos professores titulares de turma e diretores de turma.

Os critérios que presidem à distribuição do serviço letivo e que passam, sobretudo, pela continuidade pedagógica, nem sempre são observados nas turmas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário o que se traduz em prejuízo para o acompanhamento pedagógico e social desses alunos.

No que respeita à formação contínua dos docentes, as propostas apresentadas pelos departamentos curriculares são, sempre que possível, conciliadas com a oferta do centro de formação. Quanto ao pessoal não docente, a formação contínua disponibilizada não tem sido de modo a satisfazer as necessidades e expectativas destes profissionais, quer pela escassez de ações disponibilizadas, quer, ainda, pela ausência de critérios transparentes de seleção para a sua frequência.

Os estabelecimentos do 1.º CEB e os jardins de infância dispõem de espaços atrativos e bem cuidados, adequados, e com os recursos necessários, ao desenvolvimento das atividades educativas e letivas com as crianças e com os alunos. As obras de requalificação a decorrer, em simultâneo, nas escolas básica com 2.º e 3.º ciclos e secundária, têm interferido com as dinâmicas do Agrupamento e afetado o bem-estar da comunidade escolar.

A troca de informação, entre os diferentes elementos da comunidade, no acompanhamento aos alunos e a comunicação com encarregados de educação é adequada e eficaz, sobretudo através do recurso a plataformas digitais de utilização partilhada. Já a comunicação externa, especialmente no que respeita ao acesso à informação sobre o Agrupamento, encontra-se fortemente condicionada por problemas recorrentes apresentados pela sua página da internet.

5.3 – Prestação do serviço educativo

Desenvolvimento pessoal e bem-estar das crianças e dos alunos

É através da disciplina de *Projeto*, criada na componente de oferta complementar para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que a autonomia, a responsabilidade individual e a participação dos alunos são promovidas em contextos educativos interdisciplinares e através do recurso ao trabalho de grupo como forma de organização. A promoção e envolvimento das crianças e dos alunos na comunidade local ocorre através da execução de alguns projetos de intervenção cívica na própria comunidade e da participação em atividades como, por exemplo, o parlamento jovem e o orçamento participativo, concorrendo para o desenvolvimento de competências sociais.

Existem ações/atividades isoladas e de iniciativa de alguns docentes que promovem o bem-estar das crianças e alunos e contribuem para a prevenção de comportamentos de risco.

São desenvolvidas ações de orientação escolar e profissional, destacando-se a atuação das psicólogas e a ação coordenada entre estas e os orientadores da formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais, que contribuem para o esclarecimento dos alunos e das respetivas famílias e, conseqüentemente, para tomadas de decisão mais sustentadas.

Oferta educativa e gestão curricular

A oferta educativa responde globalmente às necessidades e interesses das crianças e dos alunos e está apropriada ao contexto socioeconómico em que o Agrupamento está inserido. Destacam-se os cursos profissionais em funcionamento, que dão resposta às necessidades de formação do tecido empresarial e social e são claramente reconhecidos pela comunidade envolvente.

São adequadas as medidas de suporte às aprendizagens e à inclusão implementadas. Não se verificam iniciativas de inovação curricular ou pedagógica.

A articulação curricular horizontal e vertical é ainda incipiente. A articulação curricular vertical assenta sobretudo na transmissão de informação entre ciclos e níveis de escolaridade acerca das dificuldades dos alunos, de modo a potenciar a adaptação dos processos de aprendizagem às suas necessidades. A articulação curricular horizontal incide fundamentalmente na gestão de conteúdos, na preparação de atividades de aprendizagem, de projetos e de instrumentos de avaliação.

Ensino, aprendizagem e avaliação

Com exceção das dinâmicas desenvolvidas na disciplina de *Projeto*, as práticas pedagógicas tendem primordialmente para abordagens centradas no ensino, assentes numa organização espacial que não favorece metodologias dialógicas e cooperativas. O ensino experimental das ciências estende-se desde o 1.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário, sendo promotor da aprendizagem, do conhecimento científico e da aquisição de competências de investigação científica. A coadjuvação é adotada como uma medida de apoio pedagógico que, através do acompanhamento personalizado dos alunos na resolução das tarefas de aprendizagem, se repercute eficazmente na promoção das aprendizagens e da inclusão. Não são evidentes ações especificamente orientadas para a promoção da excelência escolar.

A avaliação formativa é apontada, pelos docentes, como a mais relevante no processo de ensino e aprendizagem, no entanto as práticas pedagógicas utilizadas não permitem concretizar o propósito de um processo eminentemente pedagógico. Embora sejam implementadas atividades de autoavaliação e heteroavaliação, carece de aprofundamento o impacto destas atividades na regulação da aprendizagem pelos próprios alunos. A aferição de critérios de avaliação processa-se essencialmente nos grupos de recrutamento, conferindo maior fiabilidade à avaliação das aprendizagens.

O Agrupamento possui recursos educativos diversificados, como recursos informáticos, material e equipamento laboratorial, com margem de otimização para o desenvolvimento de práticas que conferem ao aluno um papel interventivo na aprendizagem. Embora a biblioteca seja mobilizada com finalidades diversificadas, procurada por iniciativa de alguns alunos ou na sequência de tarefas determinadas pelos professores, a sua utilização é ainda pouco regular. São evidentes algumas deficiências de recursos materiais nos cursos profissionais, que comprometem o alargamento das aprendizagens dos alunos.

O envolvimento das famílias na vida escolar dos seus educandos é diminuto, não existindo uma ação concertada e sistemática, que promova a sua participação.

Planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva

O trabalho colaborativo entre docentes opera-se primordialmente a nível dos departamentos, na planificação das práticas pedagógicas, e decorre de medidas adotadas para a melhoria do sucesso escolar, como é o caso da coadjuvação.

Não é evidente a existência de mecanismos regulares e sistematizados de autorregulação ou de regulação pelas lideranças. As práticas de regulação incidem primordialmente no cumprimento das planificações e na análise dos resultados escolares no final de cada período. Embora a supervisão inter pares, em contexto de sala de aula, já tenha sido uma prática adotada, foi abandonada na sequência da perceção da ausência de impacto na inovação e melhoria das práticas pedagógicas, ficando assim limitada a possibilidade de criação de momentos de discussão sustentada sobre metodologias de ensino e de aprendizagem.

5.4 Resultados

Resultados académicos

No triénio 2016-2017 a 2018-2019, os resultados dos alunos no 1.º ciclo têm registado algumas oscilações, estando, no ano letivo 2018-2019, em linha com os alunos do país com perfil socioeconómico semelhante. Já no 2.º ciclo, os resultados estão acima da média nacional, evidenciando uma progressão sustentável ao longo do triénio. No 3.º ciclo os resultados estão abaixo da média dos alunos do país que tinham um nível escolar semelhante à entrada neste ciclo.

A percentagem de alunos que obtém positiva nos exames nacionais do 12.º ano, dos cursos científico-humanísticos, após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos, no triénio 2016-2017 a 2018-2019, registou uma ligeira subida, no entanto, não acompanhou a tendência de subida verificada a nível nacional, ficando muito abaixo da média nacional, no ano letivo 2018-2019.

No triénio 2016-2017 a 2018-2019, a percentagem de alunos que concluíram o ensino profissional em três anos ou menos não é coincidente com a subida gradual da percentagem de alunos do país

que tinham um perfil semelhante antes do secundário, no entanto, no ano letivo 2018-2019, situa-se acima da média nacional para alunos semelhantes.

Os resultados académicos dos alunos oriundos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, com relatório técnico-pedagógico, programa educativo individual e/ou com plano individual de transição estão em linha com os dos restantes alunos do Agrupamento.

Resultados sociais

A participação dos alunos nas diferentes estruturas e órgãos do Agrupamento é exígua. A substituição das assembleias de delegados por assembleias de representantes dos alunos por turma, ano de escolaridade e oferta educativa, com o intuito de dar voz aos alunos e envolvê-los na vida do Agrupamento não se mostra produtiva.

Apesar de o ambiente escolar ser tranquilo e propício às aprendizagens, refletido no número de ocorrências e de medidas disciplinares sancionatórias, é evidente a ausência de normas e código de conduta que uniformizem os procedimentos a adotar. A percentagem de alunos retidos por faltas é praticamente nula, contudo, o Agrupamento não encontrou estratégias para manter os alunos, até completarem o ensino secundário, após atingirem os 18 anos.

As ações de solidariedade e voluntariado, que concorrem para o desenvolvimento pessoal, social e de cidadania das crianças e alunos não representam uma estratégia comum, mas uma prática assente em iniciativas individuais de alguns docentes. O apelo à participação dos alunos em projetos que fomentem uma cidadania ativa é residual.

O Agrupamento não tem mecanismos que permitam recolher informação rigorosa acerca do impacto da sua ação na vida pós-escolar, em particular dos alunos que prosseguiram estudos. Nos cursos profissionais, considerando o último ciclo de formação 2017-2020, destaca-se o curso de Técnico de Mecatrónica com 80% dos alunos empregados. Em sentido contrário está o curso de Técnico de Apoio Psicossocial com apenas 18% dos alunos empregados. Relativamente aos alunos com planos individuais de transição, no último triénio, verifica-se que a resposta da comunidade tem vindo a melhorar, sendo que no final do ano letivo 2020-2021, 100% dos alunos estão empregados.

Reconhecimento da comunidade

A perceção dos pais e encarregados de educação, dos alunos e das entidades parceiras acerca do Agrupamento é muito positiva, com maior incidência na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, nomeadamente no que concerne ao bem-estar das crianças e alunos e à proximidade com os docentes. Destaca-se ainda a contributo da associação de pais e encarregados de educação como parceiro estratégico na requalificação do parque escolar e na dinamização de diversas atividades constantes do plano anual de atividades. As entidades parceiras valorizam o acompanhamento e a abertura a propostas de melhoria vindas do exterior.

Apesar de não estarem instituídas no Agrupamento iniciativas que valorizem os resultados académicos, sociais, desportivos ou outros, existem projetos desenvolvidos na comunidade, de iniciativa individual de alunos e professores, que são reconhecidos como boas práticas nas dimensões da cidadania, da solidariedade e inclusão.

É claro o contributo do Agrupamento para o desenvolvimento da comunidade envolvente, em particular pelo impacto dos cursos profissionais, respondendo às suas necessidades e expetativas, potenciando o seu desenvolvimento.

6. Proposta de avaliação intercalar

Face à inexistência de procedimentos consistentes e sistemáticos de autoavaliação, e à debilidade das práticas de liderança e gestão, com reflexos na qualidade do serviço educativo prestado, propõe-se uma avaliação intercalar a realizar no ano letivo 2022-2023.

Data: 09 de novembro de 2021

A Equipa de Avaliação Externa: Ana Margarida Penha; Jorge do Nascimento Silva; José Luis Silva; Luis Carlos Lobo

ANEXOS

Anexo 1 – Caracterização

Estabelecimento de Ensino	Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo
Concelho	Penafiel
Data da constituição	28 de junho de 2012
Outros	

	Nível/Ciclo	Crianças/alunos (N.º)	Grupos/turmas (N.º)
Oferta Formativa	Educação Pré-Escolar	378	17
	1.º CEB	457	27
	2.º CEB	243	11
	3.º CEB	338	16
	ES (Científico-Humanístico) - Ciências e Tecnologias - Línguas e Humanidades	141	9
	ES (Cursos Profissionais) - Técnico de Mecatrónica - Técnico de Desporto - Técnico de Multimédia - Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos - Animador Sociocultural	213	11
	TOTAL		1770

	Alunos apoiados	Número	%
Ação Social Escolar	Escalão A	166	9.37%
	Escalão B	138	7,79%
	TOTAL	304	17.16%

Recursos Humanos	Docentes		187	
	Não Docentes	Assistentes Operacionais	60	
		Assistentes Técnicos	07	
		Técnicos Superiores	04	



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

**Anexo 2 – Informação estatística
(Informação já prestada ao AE)**



AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Anexo 3 – Questionários de satisfação - relatório
(Documento já enviado ao AE)